

## **PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO (UP) PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RS)**

A Unidade Popular (UP), o partido antifascista do Brasil, partido da esquerda revolucionária, legalmente existente a partir de dezembro de 2019, disputará as eleições gerais de 2026, em todos os cargos no Rio Grande do Sul.

A UP é construída por vários movimentos sociais, como o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento de Mulheres Olga Benario, o Movimento Luta de Classes (MLC), a Frente Negra Revolucionária (FNR), o Movimento Correnteza, que organiza os estudantes universitários, e o Movimento Rebele-se, que organiza os estudantes secundaristas, e a União da Juventude Rebelião (UJR), que organiza a juventude para lutar pelo socialismo. Logo, é composta de militantes de movimentos populares e de trabalhadores e trabalhadoras de grande atuação nas suas respectivas áreas e territórios. Seus candidatos são desses setores e representarão essas lutas nos seus mandatos.

A UP não tem o objetivo de apenas eleger candidatos para a atuação parlamentar ou governamental dentro de gabinetes fechados, longe das ruas e das lutas da classe trabalhadora. A atuação desses parlamentares eleitos deve ser revolucionária, continuar e ampliar os movimentos e lutas que constroem, dar apoio a outros, estimular a participação popular e dos trabalhadores sempre, incluindo as lutas do povo negro, dos povos indígenas, quilombolas e da comunidade LGBTIA+.

Queremos ter governadores (as), senadores (as) e deputados (as) que estejam presentes nas periferias, que pisem no chão das ocupações, que atendam as reivindicações dos trabalhadores, que estimulem a construção de casas populares, que ouçam os movimentos sindicais, operários e demais organizações populares. Dessa forma, compreendemos que a Presidência da República deve atuar nesta política revolucionária e popular ao invés de restringir sua atuação no Palácio do Planalto, em reuniões fechadas com os ministros e recebendo grandes capitalistas e banqueiros.

Este programa é fruto de debates e discussões de centenas de companheiros e companheiras, filiados e aliados, de todos os níveis, com propostas para o governo do Rio

Grande do Sul, para ser amplamente discutido e divulgado, junto à população, nas praças, ruas, avenidas, becos, vielas, zonas rurais e em todos os rincões do estado.

Avaliamos que o governo atual do Rio Grande do Sul está entregue à elite de bilionários e de grandes empresários ricos deste estado, uma pequena parcela da sociedade que atua para retirar direitos da grande maioria, dos trabalhadores e trabalhadoras gaúchos. Por isso, na prática, são os grandes monopólios, os donos das grandes empresas, as multinacionais, o agronegócio e os banqueiros que governam o estado do Rio Grande do Sul, empobrecendo a população de um dos estados mais ricos do país.

A economia no Rio Grande do Sul está entregue aos interesses dos grandes monopólios, de poderosas empresas multinacionais e do agronegócio que, através da exploração do trabalho do povo gaúcho e da dominação sob a política do estado, extraem as nossas riquezas e garantem seu domínio econômico. Para favorecer a instalação e o avanço de empreendimentos de empresas como estas, o governo tudo faz: descumpre normas ambientais, altera centenas de pontos do código ambiental, tudo em defesa da aplicação de um discurso neoliberal. Enquanto isso, na fábrica e na linha de produção, é o trabalho do operário, do trabalhador e da trabalhadora, que gera o lucro dos patrões e dos donos da empresa. Esse lucro é roubado do trabalhador pelos patrões, nosso trabalho suado nos é tomado, enquanto recebemos um salário de miséria e vemos o preço de tudo subir. Enquanto isso, os donos das empresas e seus acionistas enriquecem cada vez mais e vivem no luxo com a riqueza gerada pelo trabalhador.

Para manter os privilégios das grandes empresas e do agronegócio, o Estado do Rio Grande do Sul abriu mão de arrecadar cerca de R\$1 bilhão de reais por mês com isenções (e renúncias) fiscais de empresas, o que equivale a aproximadamente 25% da arrecadação do ICMS no estado. A maioria dessas empresas são do ramo industrial. Com tal arrecadação, seria possível aumentar o financiamento da educação e saúde estadual. Enquanto isso, quanto mais pobre o trabalhador, maior é o percentual de imposto pago em comparação à sua renda.

Também no nosso estado opera a AEL Sistemas, subsidiária da Elbit Systems, a

maior empresa privada de tecnologia militar de Israel, que atua diretamente no genocídio do povo palestino por parte do estado sionista de Israel, matando milhares de crianças, mães e famílias palestinas em prol do lucro. A Elbit Systems é uma das principais fornecedoras de drones armados, munições e tecnologias de vigilância utilizadas pelas Forças de Defesa de Israel contra o povo palestino. Hoje o governo estadual mantém uma parceria com esta empresa assassina que opera em solo gaúcho e também se beneficia dessa farra de privilégios para os empresários, enquanto lucra com a morte de crianças e famílias na Palestina.

Enquanto mantém esta lógica de submissão aos ricos e ao capital estrangeiro, o governo flexibilizou uma série de leis ambientais, o que causou os desastres ambientais dos últimos anos, sendo o maior deles a enchente que destruiu o estado do Rio Grande do Sul em 2024. Enquanto os políticos da burguesia negociam com grandes empresários o financiamento de suas campanhas eleitorais, para depois poderem entregar para eles as riquezas do Estado, vemos as chuvas aumentarem, novos desastres naturais acontecerem, e fica escancarada a despreparação do Governo Estadual para lidar com a possibilidade de uma nova enchente.

Mais de 6,3 milhões de pessoas sofreram impactos diretos ou indiretos da tragédia de 2024 (como falta de água, luz, isolamento ou perda de renda). O número de pessoas desalojadas e em abrigos chegou a quase 600 mil, em 478 municípios, quase 96% de todo o território gaúcho. Quase 19 mil casas foram consideradas inabitáveis depois da enchente. Cerca de 35 a 40% dos atingidos na região metropolitana de Porto Alegre estavam em cidades com sistemas de proteção que falharam. Pouco tempo antes da enchente, o governo de Eduardo Leite defendia o discurso de investir em empreendimentos comerciais no Cais Mauá e o fim do muro que segurou por dias as águas do Guaíba. Também foi esse o governo que cortou mais de 400 pontos do código ambiental antes das enchentes de 2024, possibilitando medidas como o autolicensing por parte das empresas. Medidas como essa tiveram consequência direta nas enchentes e na destruição da vida das famílias gaúchas.

Desde então, quase nada foi feito pelo governo do estado. No quesito da habitação, foram entregues menos de 200 casas definitivas, o que faz com que centenas de famílias

ainda tenham de morar em moradias temporárias e abrigos, sem condições dignas de moradia. Em abril de 2026, 2 anos depois da enchente, 526 famílias ainda estavam em módulos e moradias temporárias do governo. No aspecto da defesa contra novas cheias, também quase nada foi feito. Na verdade, nesse caso também o governo atual prefere cumprir com seus compromissos com os ricos em vez de defender o povo contra novas enchentes, com planos de destinar cerca de R\$200 milhões do fundo de reconstrução para subsidiar juros de grandes empreendimentos privados e hotéis de luxo na Serra Gaúcha.

Também tem participado do grande *lobby* em defesa da instalação de uma nova planta da CMPC Celulose na cidade da Barra do Ribeiro, na região metropolitana, que passou por cima de uma série de regulamentações ambientais e, na realidade, vai gerar diversas consequências ambientais graves à região e ao estado. Tudo isso enquanto ambientalistas e especialistas anunciam previsões de novos fenômenos climáticos graves para o nosso estado nos próximos meses. Mais uma vez, o governo entregue aos interesses dos ricos prioriza o lucro acima da vida do povo trabalhador!

A lógica do lucro máximo está também por trás da política privatista do governo atual, de Eduardo Leite (PSD), que transforma direitos fundamentais da população em mercadorias. Dessa forma, o governo privatizou, no último período, empresas estatais essenciais, como a CORSAN e a CEEE, usando como justificativa para a privatização a dívida do estado. A CEEE-D (braço de distribuição da empresa) foi vendida ao grupo Equatorial a preço de banana, por somente R\$100 mil. Já a CORSAN, empresa estatal de saneamento, foi vendida ao grupo Aegea, pelo preço de R\$4,15 bilhões, sendo que tinha o valor estimado em mais de R\$8 bilhões. Hoje essas empresas atuam como empresas privadas, ou seja, com o objetivo de gerar lucro, em vez de garantir direitos fundamentais ao povo, e causam prejuízos crescentes às famílias gaúchas, que pagam valores exorbitantes nas suas contas enquanto sofrem com falta de água e de energia elétrica.

A educação também entrou na mira do governo privatista atual, com o projeto da PPP da educação, que visava entregar à iniciativa privada e a gestão da grande burguesia 97 escolas estaduais em um leilão na Bolsa de Valores. Graças à luta e a mobilização dos estudantes, das famílias, pais e a comunidade escolar gaúcha, e aos professores e funcionários das escolas, o leilão foi suspenso.

O atual governo mantém e aprofunda uma política de arrocho salarial e de sucateamento para os servidores públicos estaduais, com reformas, confiscos na aposentadoria e na previdência e ataques ao IPE. Essa postura do governo de verdadeira afronta aos interesses e direitos dos trabalhadores foi amplamente denunciada por vários atos e mobilizações realizados pelos sindicatos que representam as categorias dos servidores do estado. Enquanto para os grandes empresários e o agronegócio a postura do governo é de privilégios e flexibilização, para os servidores do estado e professores a postura é de utilizar a burocracia contra o trabalhador, desrespeitando direitos básicos, sucateando o serviço público, aumentando a exploração do trabalhador e prejudicando o serviço para a população. Em suma, piora nas condições de vida para a grande maioria e privilégios para uma minoria.

Vivemos em nosso estado uma verdadeira epidemia de feminicídios e casos de violência contra a mulher, como acontece por todo o país. Até o momento, já foram registradas em 2026 25196 vítimas de violência contra a mulher em nosso estado. O Rio Grande do Sul concentra 38,8% das mortes por feminicídio de toda a região Sul do país, e teve uma das maiores taxas de crescimento no último período, de 11,1% entre 2024 e 2025, totalizando 80 mortes confirmadas. Isso é um reflexo da sociedade capitalista, que coloca as mulheres como propriedade do homem. É muito comum homens preferirem verem suas ex-companheiras mortas do que sem eles e sendo felizes, tudo isso é fruto da ideologia burguesa e patriarcal, de um sistema econômico falido em que não dá perspectiva de vida para as mulheres e garante do lucro máximo para os ricos.

No momento em que 14,8% da população se encontra em insegurança alimentar (que nada mais é do que um nome bonito para a fome) ou seja, 1,7 milhão de pessoas, fica mais claro para todos que isso é resultado da divisão de classes no sistema capitalista, em que poucos acumulam imensas riquezas, enquanto a maioria da população encontra-se na miséria, ou à beira da miséria. Os trabalhadores e o povo brasileiro, no geral, precisam de um partido revolucionário.

Além disso, a prática demonstra que a tentativa de conciliar um programa de esquerda voltado para atender aos interesses do povo com os interesses da burguesia que

financia diversas candidaturas, de direita e as ditas de esquerda, não funcionou e nunca funcionará. As pequenas conquistas da classe trabalhadora sob esses governos vão por água abaixo, da mesma forma que foram as casas e os bens dos trabalhadores gaúchos, assim que estala uma nova crise do capitalismo ou que se elege um governo de direita.

Nesse sentido, o nosso programa contém propostas para transformar nosso estado em um lugar de soberania popular e de avanço para os trabalhadores e as trabalhadoras da cidade e do campo.

Nosso programa é o único que não se propõe a gerenciar um sistema econômico falido, o capitalismo, mas sim, propõe um novo sistema econômico para o Rio Grande e para o Brasil. Um sistema econômico onde o povo seja dono do produto do seu próprio trabalho, em que o social esteja em primeiro lugar, onde possamos ser livres e plenamente felizes: o Socialismo.

### **Defendemos:**

1. Reversão das privatizações das empresas públicas, como a CEEE, a Corsan, a SulGás e todas as outras com atividades privatizadas/terceirizadas/parceirizadas em todas as áreas. Concursos públicos e contratação direta pelo estado com o fim do lucro dos grandes empresários, investimento em infraestrutura e diminuição do valor das tarifas;
2. Defesa contra as enchentes e reforma urbana. Construção e desenvolvimento de estruturas de defesas nas cidades e a nível de estado contra cheias e inundações, bem como o fortalecimento e a reconstrução das estruturas, diques e sistemas de defesa destruídos nas últimas cheias. Construção e entrega de moradias definitivas para todas as famílias atingidas pelas enchentes e ainda não contempladas pelo governo, incluindo as famílias que hoje estão em moradias temporárias. Criação de frentes emergenciais de trabalho para realização de obras públicas a partir das cidades e bairros pobres e com menor infraestrutura, implementação de saneamento básico, construção de postos de saúde, hospitais, escolas, calçamento, reativação de parques industriais abandonados e adequação das casas afetadas pelas enchentes. Essa ação deve ser feita sem as empreiteiras, com recurso do estado em parceria com as universidades e com técnicos populares dispostos a contribuir com o seu povo;
3. Investimento massivo na UERGS e construção de novas unidades em todas as cidades polo do estado. Fortalecimento da Fapergs, como forma de incentivar e valorizar a produção de ciência no ensino superior do RS. Garantia de aplicação da

lei de 0,5% da receita líquida dos impostos estaduais para a ampliação do acesso às universidades;

4. Garantia de investimento massivo na educação estadual. Não permitir a militarização das escolas, bem como sua privatização e as PPPs. Garantia de eleição direta para diretores das escolas, valorização dos professores e demais profissionais da educação e saúde, abertura de concurso público e convocação dos aprovados nos concursos anteriores. Contratação direta em 100% das atividades escolares. Obrigatoriedade para todos os políticos eleitos do estado que tenham seus filhos matriculados na escola pública;
5. Garantia de investimento massivo na saúde estadual. Valorização dos profissionais da saúde, abertura de concurso público e convocação dos aprovados nos concursos anteriores. Contratação direta em 100% das atividades do SUS em todos os municípios do estado. Obrigatoriedade para que todos os políticos eleitos do estado e suas famílias usem o SUS. Fim da destinação do recurso público para planos privados.
6. Implementação de real política de combate à violência contra as mulheres e as crianças, implementação de delegacias 24h em todas as regiões e no máximo de cidades do estado, política de moradia e emprego para mulheres vítimas de violência. Fortalecimento das casas de referência voltadas para os direitos das mulheres;
7. Proibição de operações militares em vilas e favelas. Desmilitarização da Brigada Militar. Punição exemplar para os policiais que tiverem praticado crime de tortura e execuções. Focar o combate ao crime organizado combatendo os ricos que o financiam. Como governadora, lutar para a implementação da desmilitarização a nível nacional. Realizar uma grande campanha pelo direito à memória, verdade, justiça e reparação às vítimas de tortura e assassinatos pela violência de estado, em especial durante a Ditadura Militar Fascista de 1964;
8. Reforma agrária popular, do monopólio privado sobre as terras. Defendemos a redistribuição das terras do Rio Grande do Sul, o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos para suprir as necessidades do povo gaúcho e combater a fome que assola 1,7 milhão de pessoas no estado. Investimento na pequena produção no campo, desapropriação e titulação de terras para os camponeses pobres. Criação de mercados populares que garantam venda dos alimentos a preços reduzidos, com objetivo de acabar com a fome no estado. Fim das isenções e dos benefícios fiscais aos latifundiários do agronegócio. Regulamentação do uso indiscriminado de agrotóxicos;
9. Lutar como governadora para que a nível nacional seja aprovado o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho, o aumento de 100% no salário-mínimo, bem como a revogação das reformas trabalhista e da previdência. Reverter todos os retrocessos

implementados pelos últimos governos nas carreiras dos servidores públicos do estado;

10. Reestatização de todos os meios de transportes coletivos do estado. Garantia do passe livre aos estudantes e aos trabalhadores, respeitando o direito de acesso à cidade;
11. Controle social de todos os monopólios e consórcios capitalistas e dos meios de produção nos setores estratégicos da economia; planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais. Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo;
12. Auditoria e suspensão da dívida pública do estado, com redirecionamento deste recurso às áreas sociais, como educação, transporte, alimentação e moradia.